

Reserva legal

Cadastro Ambiental Rural

Reserva Legal - Lei 12651/2012

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, entende-se por:Artigo

III - Reserva Legal: área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, delimitada nos termos do art. 12, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa;

Reserva Legal - Lei 12651/2012

Art. 12. Todo imóvel rural deve manter área com cobertura de vegetação nativa, a título de Reserva Legal, sem prejuízo da aplicação das normas sobre as Áreas de Preservação Permanente, observados os seguintes percentuais mínimos em relação à área do imóvel, excetuados os casos previstos no art. 68 desta Lei:

I - localizado na Amazônia Legal:

- a) 80% no imóvel situado em área de florestas;
- b) 35% no imóvel situado em área de cerrado;
- c) 20% no imóvel situado em área de campos gerais;

II - localizado nas demais regiões do País 20%

Reserva Legal - Histórico

Código Florestal - Decreto 23793/1934

Art. 23. Nenhum proprietario de terras cobertas de mattas poderá abater mais de tres quartas partes da vegetação existente, salvo o disposto nos arts. 24, 31 e 52.

Novo Código Florestal - Lei 4771/1965

Art. 16. As florestas de domínio privado, não sujeitas ao regime de utilização limitada e ressalvadas as de preservação permanente, previstas nos artigos 2 ° e 3 ° desta lei, são suscetíveis de exploração, obedecidas as seguintes restrições:

a) nas regiões Leste Meridional, Sul e Centro-Oeste, esta na parte sul, as derrubadas de florestas nativas, primitivas ou regeneradas, só serão permitidas, desde que seja, em qualquer caso, respeitado o limite mínimo de 20% da área de cada propriedade com cobertura arbórea localizada, a critério da autoridade competente;

Reserva Legal - Histórico

Lei Federal 7802/1989 - Altera a Lei 4771/1965

"Artigo 16 -.....

§ 2º - A reserva legal, assim entendida a área de no mínimo, 20% (vinte por cento) de cada propriedade, onde não é permitido o corte raso, deverá ser averbada à margem da inscrição de matrícula do imóvel, no registro de imóveis competente, sendo vedada a alteração de sua destinação nos casos de transmissão, a qualquer título ou de desmembramento da área.

Reserva Legal - Histórico

MP 1611/12 27/06/1997 - altera Lei 4771/65

Reserva Legal na região norte e norte da região centro oeste -
50% de cada propriedade

MP 1956/50 26/05/2000 - altera Lei 4771/65

Reserva legal na Amazônia Legal - 80% de cada propriedade

Reserva Legal - MP 1956/50

"Art. 44. O proprietário ou possuidor de imóvel rural com área de floresta nativa, natural, primitiva ou regenerada ou outra forma de vegetação nativa em extensão inferior ao estabelecido nos incisos I, II, III e IV do art. 16, ressalvado o disposto nos seus § § 5º e 6º, deve adotar as seguintes alternativas, isoladas ou conjuntamente:

- I - recompor a reserva legal de sua propriedade mediante o plantio, a cada três anos, de no mínimo 1/10 da área total necessária à sua complementação, com espécies nativas, de acordo com critérios estabelecidos pelo órgão ambiental estadual competente;
- II - conduzir a regeneração natural da reserva legal; e
- III - compensar a reserva legal por outra área equivalente e em importância ecológica e extensão, desde que pertença ao mesmo ecossistema e esteja localizada na mesma microbacia, conforme critérios estabelecidos em regulamento.

Reserva Legal – Lei 12651/2012

A Lei 12651/2012 manteve o dispositivo que pede a recomposição da área de Reserva Legal quando a cobertura vegetal na propriedade é inferior ao percentual previsto, reduzindo o prazo da recomposição para 20 anos.

A lei também estabeleceu de forma muito clara a possibilidade de utilização econômica da área de Reserva Legal

Art. 17. A Reserva Legal deve ser conservada com cobertura de vegetação nativa pelo proprietário do imóvel rural, possuidor ou ocupante a qualquer título, pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado.

§ 1º Admite-se a exploração econômica da Reserva Legal mediante manejo sustentável, previamente aprovado pelo órgão competente do Sisnama, de acordo com as modalidades previstas no art. 20.

Reserva Legal

Alternativas para a constituição da área de reserva legal

- a) conservação de fragmento florestal existente
- b) recomposição da vegetação em parte da propriedade
- c) condução da regeneração natural
- d) destinação de área excedente em imóvel de mesma titularidade
- e) instituição de servidão ambiental
- f) compensação em outra propriedade dentro do mesmo bioma

Reserva Legal

Na recomposição da vegetação e condução da regeneração natural devem ser utilizadas técnicas adequadas para cada situação específica:

Nucleação

Implantação de poleiros

Plantio de mudas

Transplante de serrapilheira

Plantio de mudas

Transplante de mudas de áreas florestadas

Reserva Legal

A recomposição da reserva legal deverá atender os critérios estipulados pelo órgão competente do Sisnama e ser concluída em até 20 (vinte) anos, abrangendo, a cada 2 (dois) anos, no mínimo 1/10 (um décimo) da área total necessária à sua complementação.

Considerando o prazo previsto para a recomposição é possível a readequação do projeto inicialmente apresentado em função dos resultados observados ao longo do processo.



O Cadastro Ambiental Rural

Base Legal

Lei Federal 12.651/2012

Art. 29. É criado o Cadastro Ambiental Rural – CAR, no âmbito do Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente - SINIMA, registro público eletrônico de âmbito nacional, **obrigatório para todos os imóveis rurais**, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo **base de dados** para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento.

Novidade: Caráter Geoespacial

O Cadastro Ambiental Rural

Conceito

O Cadastro Ambiental Rural – CAR, é um cadastro de âmbito nacional

O cadastramento é obrigatório para toda propriedade rural

Artigo 29 § 3o A inscrição no CAR será obrigatória para todas as propriedades e posses rurais, devendo ser requerida no prazo de 1 (um) ano contado da sua implantação, prorrogável, uma única vez, por igual período por ato do Chefe do Poder Executivo.

As informações do CAR servirão para o controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico

O Cadastro Ambiental Rural

Lei Federal 12.651/2012

- Inscrição será feita **preferencialmente no órgão estadual ou municipal** (art. 29, § 1º);
- Prazo de ano 1 (um) ano p/ inscrição do CAR, contado a partir de sua implantação, prorrogável por mais 1 (um) ano (art. 29, § 3º);
- **Obrigatório o CAR p/ crédito agrícola (art. 78-A), para compensar RL fora da propriedade e para adesão ao Programa de Regularização Ambiental – PRA.**

O Cadastro Ambiental Rural

Decreto Federal nº 7.830/2012

Sistema de Cadastro Ambiental Rural – SICAR: sistema eletrônico de âmbito nacional destinado ao gerenciamento de informações ambientais dos imóveis rurais (art. 2º, inciso I, e art. 3º);

Natureza declaratória do CAR – responsabilidade do declarante pelas informações e sua atualização (art. 6º);

Ato da Ministra do Meio Ambiente estabelecerá **data de implantação** e requisitos mínimos para o CAR.

As informações no CAR

Informações a serem fornecidas no cadastramento

Lei 12651/2012 - Artigo 29 § 1º :

I - identificação do proprietário ou possuidor rural;

II - comprovação da propriedade ou posse;

III - identificação do imóvel por meio de **planta e memorial descritivo**, contendo a indicação das coordenadas geográficas com pelo menos um ponto de amarração do perímetro do imóvel, informando a localização dos remanescentes de vegetação nativa, das Áreas de Preservação Permanente, das Áreas de Uso Restrito, das áreas consolidadas e, caso existente, também da localização da Reserva Legal.

Decreto 7830/2012 - Artigo 5º

O CAR deverá contemplar dados do proprietário ou possuidor, a **planta georreferenciada** do perímetro do imóvel, das áreas de interesse social e das áreas de utilidade pública, com a localização dos remanescentes de vegetação nativa, das Áreas de Preservação Permanente, das Áreas de Uso Restrito, das áreas consolidadas e das Reservas Legais.

O Cadastro Ambiental Rural

Lei nº 12.651/2012 – Agricultura familiar

Art. 3º

V - pequena propriedade ou posse rural familiar: **agricultor familiar** e **empreendedor familiar rural**, **assentamentos e projetos de reforma agrária** – art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006;

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, estende-se o tratamento dispensado aos imóveis a que se refere o inciso V deste artigo às propriedades e posses rurais com até 4 (quatro) módulos fiscais que desenvolvam atividades agrossilvipastoris, bem como às terras indígenas demarcadas e às demais áreas tituladas de povos e comunidades tradicionais que façam uso coletivo do seu território.

O Cadastro Ambiental Rural

Lei nº 12.651/2012 – Agricultura familiar

Órgãos do Sisnama, ou instituição habilitada, deve prestar apoio técnico e jurídico pra inscrição de pequenas propriedades no CAR.

O Cadastro Ambiental Rural

Para que serve o CAR?

Produtores rurais

- Comprovar regularidade ambiental;
- Segurança jurídica;
- Suspensão de sanções;
- Acesso a crédito;
- Acesso aos programas de regularização ambiental;
- Acesso a autorizações e licenciamentos ambientais;
- Planejamento do imóvel rural;
- Manter ou conquistar certificações e mercado.

Órgãos ambientais

- Conhecer situação dos remanescentes florestais;
- Distinguir entre desmatamento legal e ilegal;
- Facilitar monitoramento;
- Apoiar o licenciamento;
- Instrumento para o planejamento de políticas;
- Melhorar a gestão ambiental no âmbito rural.

O CAR em São Paulo

Decreto Estadual nº 59.261, de 5 de junho de 2013:

- Institui o SICAR-SP
- Objetivo: receber, gerenciar e integrar dados do CAR relativos aos imóveis rurais localizados no Estado de São Paulo



O CAR em São Paulo

Acesso: www.ambiente.sp.gov.br/car

The screenshot displays the official website for the CAR (Cadastro Ambiental Rural) in São Paulo. The browser's address bar shows the URL www.ambiente.sp.gov.br/car/. The website header includes the logo of the Governo do Estado de São Paulo and a navigation menu with links such as 'Sistema Ambiental Paulista', 'A SECRETARIA', 'O QUE FAZEMOS', 'O QUE VOCÊ PODE FAZER', 'ACONTECE', 'AMBIENTE', 'LEGISLAÇÃO', 'PUBLICAÇÕES', and 'BLOG AMBIENTE'. Below the header, a banner features a landscape image and the text 'Governo do Estado de São Paulo', 'Secretaria do Meio Ambiente', and 'Cadastro Ambiental Rural - CAR CBRN'. A secondary navigation bar contains links: 'Início', 'O que é o CAR?', 'Cadastre-se', 'Legislação', 'Perguntas Frequentes', and 'Fale conosco'. The main content area is divided into two sections. On the left, there is a video player with a thumbnail showing a rural landscape and the text 'CADASTRO AMBIENTAL RURAL' overlaid. Below the video, it says 'Confira o vídeo de apresentação do CAR'. On the right, there are two prominent buttons: a brown one labeled 'Manual passo a passo da inscrição no CAR' and a green one labeled 'Clique aqui e cadastre-se'. A large yellow arrow points to the green button. The Windows taskbar at the bottom shows the 'Iniciar' button and several open applications, including 'Cadastro Ambiental...', 'Entrada - marianab...', 'AJUDA_MAPA_CO...', 'apresentações', 'Microsoft PowerPol...', and 'Dec-59261-2013-C...'. The system clock indicates the time is 13:36.

Propriedade

Início do cadastro com dados básicos da propriedade e indicação da qualificação da pessoa que está cadastrando.

Melhorias - CAR

SIGAM/SMA/CETESB

CAR - Google Drive

Testes CAR

SIGAM/SMA/CETESB

car.cetesb.local/SIGAMCAR/CAR/CARAdm.aspx?idPagina=12801

SIGAMPortal do GovernoCidadão.SPInvestimentos.SP

Destaques:

GOVERNO DE SÃO PAULO

HomeCAR CadastroCarga ArquivoCAR Dicionário

CAR

Cadastro Ambiental Rural

Protocolo CAR: Número CAR:

Usuário: Mariana Brandini Romano

Resumo

Em Cadastramento

Propriedade

Preencha os dados abaixo para cadastrar sua propriedade ou posse. Clique no botão Ajuda para mais detalhes. Ajuda

Número do Protocolo: Novo CAR Atualização: 16/04/2013

Número do CAR: Em cadastramento

Tipo de Propriedade: ☒ Rural ☐ Urbana

Número do CIR:

Tipo de Domínio: ☐ Propriedade registrada ☐ Posse mansa e pacífica

Nome da Propriedade:

☐ Propriedade sem nome

Endereço:

Complemento:

Bairro:

CEP:

Referência:

Município: Selecione o Município...

Área Total da Propriedade: ha

Atividade Principal: ☐ Agricultura ☐ Ecoturismo ☐ Aquicultura ☐ Mineração ☐ Pecuária ☐ Turismo Rural ☐ Lazer familiar / Veraneio ☐ Outra(s) ☐ Silvicultura ☐ Indústria Rural

Responsável pelo cadastro: Mariana Brandini Romano

Qualificação: ☐ Proprietário ☐ Posseiro ☐ Representante Legal ☐ Técnico

Salvar

Anterior Sair Próximo


car.cetesb.local/SIGAMCAR/CAR/CARAdm.aspx?idPagina=12801#

Home PortalContatoFIACréditosImprimir

Iniciarsigam/sma/cetesb...Página em Branco ...Entrada - marianab...teste do car - proble...Dúvidas BB (Soment...Telas do sistema do ...10:15

Domínio

a. Cadastro da(s) **Matrícula(s)**, em caso de “Propriedade”, ou de documento de **Posse**, em caso de “Posse”.



Denominação: **Sítio do Sabiá**
Protocolo CAR: **1502** Número CAR: **Em cadastramento**
Usuário: **Joana d'Arc**

Ajuda
Resumo

EM CADASTRAMENTO

Propriedade Domínio **Declarações** Mapa Anexos Resumo Finalizar

Insira os dados relacionados à dominialidade da propriedade/posse clicando nas abas abaixo. Cada aba mostrará mais informações para o preenchimento.

Matrículas

Proprietários

Representantes


Técnicos

Cadastre TODAS as matrículas ou transcrições dessa propriedade ou consulte / edite uma matrícula já cadastrada. Clique no botão Ajuda para mais detalhes.

+ Adicionar

Ajuda

Nenhuma Matrícula Cadastrada



Denominação: **teste posse**
Protocolo CAR: **2679** Número CAR: **Em cadastramento**
Usuário: **Joana d'Arc**

Ajuda
Resumo

EM CADASTRAMENTO

Propriedade Domínio **Declarações** Mapa Anexos Resumo Finalizar

Insira os dados relacionados à dominialidade da propriedade/posse clicando nas abas abaixo. Cada aba mostrará mais informações para o preenchimento.

Posse

Posseiros

Representantes

Técnicos

Tipo de Anexo:

Selecione um tipo....
Selecione um tipo....
Documento lavrado por órgão público
Escritura Pública de Compra e Venda
Escritura Pública ou Particular de Doação
Formal de Partilha
Outra
Sentença Declaratória de Usucapião

Descrição do Conteúdo:

Arquivo Atual:

Arquivo para Carregar:

Escolher arquivo

 Nenhum arquivo selecionado

Detalhes do Arquivo:

Salvar Retornar Ajuda


Anterior Sair Próximo

Domínio

b. Cadastro do(s) **Proprietário(s)** ou **Posseiro(s)**.

Domínio

b. Cadastro do(s) **Proprietário(s)** ou **Posseiro(s)**.



Denominação: **Sítio do Sabiá**
Protocolo CAR: **1502** Número CAR: **Em cadastramento**
Usuário: **Joana d'Arc**

[Ajuda](#)
[Resumo](#)
EM CADASTRAMENTO

[Propriedade](#)
[Domínio](#)
[Declarações](#)
[Mapa](#)
[Anexos](#)
[Resumo](#)
[Finalizar](#)

Insira os dados relacionados à dominialidade da propriedade/posse clicando nas abas abaixo. Cada aba mostrará mais informações para o preenchimento.

[Matrículas](#)
[Proprietários](#)
[Representantes](#)
[Técnicos](#)

Cadastre TODOS os proprietários ou consulte / edite um cadastro já realizado. Clique no botão Ajuda para mais detalhes.

+ Adicionar ? Ajuda


	CPF / CNPJ	Nome	
Alterar	CPF: 64572168709	Joana d'Arc	Excluir

[<< Anterior](#)
[Sair](#)
[Próximo >>](#)

c. Cadastro do **Representante Legal**: se existir um Representante Legal, deve ser cadastrado (cadastro semelhante ao de Proprietário).

Declarações

Se for o caso, as declarações pertinentes devem ser selecionadas nessa aba.



Denominação: Sítio do Sabiá

Protocolo CAR: 1502 Número CAR: Em cadastramento

Usuário: Joana d'Arc

Ajuda

Resumo

EM CADASTRAMENTO

Propriedade

Domínio

Declarações

Mapa

Anexos

Resumo

Finalizar

Indique (clique na caixa de seleção) todas as declarações pertinentes. Clique no botão ajuda para mais detalhes.

Ajuda

Declaração	
<input type="checkbox"/> Pratico atividade agrícola, pecuária ou silvicultura na propriedade aqui cadastrada, e essa(s) atividade(s) são exploradas de forma comercial ou para o sustento da minha família (Lei Federal 12.651/2012, Art. 3º)	<div></div>
<input type="checkbox"/> Pratico atividade de ecoturismo ou turismo rural na minha propriedade, e essa(s) atividade(s) são exploradas de forma comercial (Lei Federal 12.651/2012, Art 3º).	<div></div>
<input type="checkbox"/> Sou pequeno agricultor familiar, ou seja: não tenho mais do que 4 módulos fiscais de terras; parte da minha renda familiar vem da atividade agropecuária realizada na minha propriedade; dirijo a minha propriedade e trabalho nas atividades agrícolas com outros membros da família, e somente contrato mão de obra se for necessária para ajudar nesse trabalho (Lei Federal 11.326/2006).	<div></div>
<input type="checkbox"/> Esta área que está sendo agora cadastrada é propriedade de um povo ou comunidade considerado como Povos e Comunidades Tradicionais, como quilombolas ou indígenas (Decreto Federal 6.040/2007).	<div></div>
<input type="checkbox"/> Esta área que agora está sendo cadastrada é assentamento de programas estaduais ou federais de Reforma Agrária.	<div></div>
<input type="checkbox"/> Gostaria de disponibilizar as APPs da minha propriedade para restauração ecológica com recursos de terceiros.	<div></div>
<input type="checkbox"/> Eu gostaria de ter apoio para a construção de cercas para a adequação da minha propriedade, com o isolamento de áreas ciliares (ribeirinhas) e de vegetação nativa.	<div></div>

Anterior


Sair

Próximo

Mapa

a. Módulo para inserção das informações espaciais.

Lista das áreas e acesso ao mapa.



Denominação: Sítio do Sabiá

Protocolo CAR: 1502 Número CAR: Em cadastramento

Usuário: Joana d'Arc

Ajuda

Resumo

EM CADASTRAMENTO

Propriedade

Domínio

Declarações

Mapa




Anexos

Resumo

Finalizar

Desenhe sobre o mapa, ou carregue por upload, as áreas que compõem e caracterizam a sua propriedade. Clique no botão Ajuda para mais detalhes.

Ajuda

		Tipo	Número de Itens	Área Calculada
 Desenhar		Propriedade	0	0,00 ha
	<input type="checkbox"/> Não Existe	Servidão Administrativa	0	0,00 ha
		Área Total da Propriedade	0	0,00 ha
	<input type="checkbox"/> Não Existe	Rios com mais de 3 metros de largura média	0	0,00 ha
	<input type="checkbox"/> Não Existe	Rios com até 3 metros de largura média	0	0,00 ha
	<input type="checkbox"/> Não Existe	Nascente	0	0,00 ha
	<input type="checkbox"/> Não Existe	Outros corpos d'água	0	0,00 ha
	<input type="checkbox"/> Não Existe	Outras APPs	0	0,00 ha
		Área Total de APP	0	0,00 ha
	<input type="checkbox"/> Não Existe	Vegetação Nativa Remanescente	0	0,00 ha
	<input type="checkbox"/> Não Existe	Reserva Legal	0	0,00 ha
	<input type="checkbox"/> Não Existe	Uso Restrito	0	0,00 ha
	<input type="checkbox"/> Não Existe	Uso antrópico anterior a 22/07/2008	0	0,00 ha
	<input type="checkbox"/> Não Existe	Reserva legal de compensação	0	0,00 ha
	<input type="checkbox"/> Não Existe	Servidão Ambiental	0	0,00 ha


Mapa

b. Desenho sobre a imagem ou *upload* de arquivo.



Anexos

Nessa aba podem ser anexados documentos relevantes ao cadastro como fotos, por exemplo.



CADASTRO AMBIENTAL RURAL

Denominação: **Sítio do Sabiá**

Protocolo CAR: **1502** Número CAR: **Em cadastramento**

Usuário: **Joana d'Arc**

[Ajuda](#)
[Resumo](#)

EM CADASTRAMENTO

[Propriedade](#) [Domínio](#) [Declarações](#) [Mapa](#) [Anexos](#) [Resumo](#) [Finalizar](#)

Anexe arquivos relevantes ao seu cadastro ou arquivos solicitados pelo órgão ambiental. Clique no botão Ajuda para mais detalhes.

[+ Adicionar](#)

[? Ajuda](#)

Nenhum Documento ou Arquivo Anexado

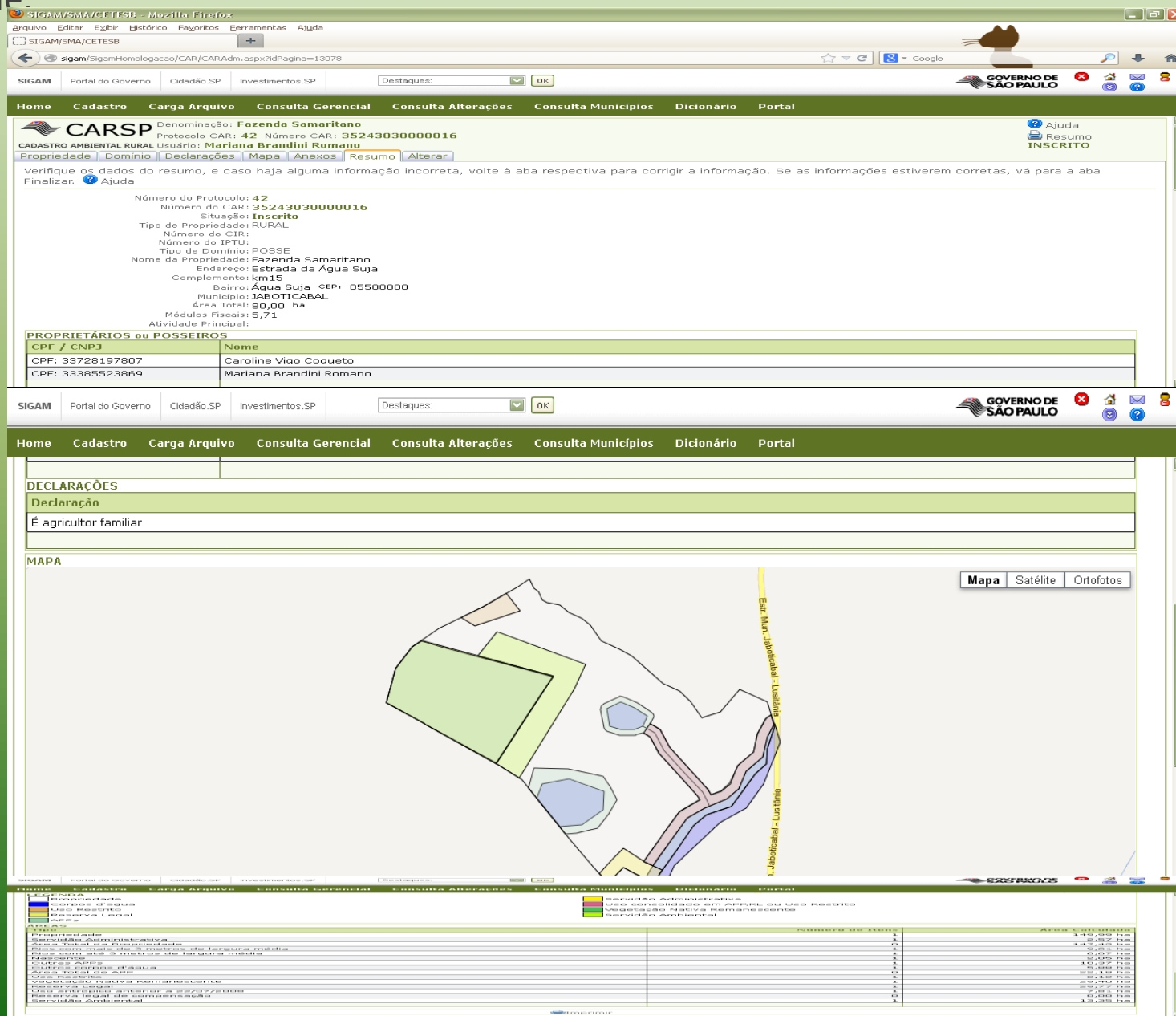
[<< Anterior](#)

[Sair](#)

[Próximo >>](#)

As informed
proprietary

As informações cadastradas são apresentadas para conferência, bem como o desenho da propriedade.



Finalizar

Caso as informações estejam corretamente inseridas, o envio do cadastro para análise do órgão ambiental deve ser feito nessa aba.

CAR - Google Drive

Melhorias - CAR

Testes CAR

SIGAM/SMA/CETESB

(245 não lidos) - ma_esalq

Gerador de CPF - Como Ge...

car.cetesb.local/SIGAMCAR/CAR/CARAdm.aspx?idPagina=12801

SIGAM Portal do Governo Cidadão.SP Investimentos.SP Destaque: 69

SIGAM

Sistema Ambiental Paulista

Cadastro Ambiental Rural - CAR versão Beta1.0

(CFA/C) SIGAM

Home CAR Cadastro Carga Arquivo CAR Dicionário Portal

Protocolo CAR: 127 Número CAR: Em cadastramento

Cadastro Ambiental Rural

Uzuário: SIGAM

Propriedade Domínio Declarações Mapa Anexos Resumo Finalizar

Aqui você deve finalizar o cadastro da Propriedade após ter informado e conferido todos os dados. Ajuda

Atenção: Apenas após a finalização ser bem sucedida será gerado o número do CAR.
Data da Finalização: 08/04/2013 09:37:26
Número do Protocolo: 127 Atualização: 08/04/2013
Número do CAR: Em cadastramento
Tipo de Propriedade: RURAL
Número do CCIR:
Número do IPTU:
Tipo de Domínio: PROPRIEDADE
Declaração de Posse:
Nome da Propriedade: Sítio Santa Clara
Endereço: Rodovia Estadual SP 333
Bairro: Rural CEP: 14870-000
Município: AMERICANA
Área Total: 130,3294 ha Módulos Fiscais: 10,860783
Atividade Principal:
☐ Declaro que todas as informações prestadas são verdadeiras e estou ciente que o órgão ambiental competente pode solicitar complementações e/ou fazer realizar vistorias a qualquer tempo.
☐ Declaro que todos os proprietários ou posseiros da propriedade ou posse objeto deste cadastro estão cientes e de acordo com as informações prestadas.

Resumo Verificar Finalizar o CAR

Anterior Sair Próximo

Home Portal SMA Portal SP Home Portal Contato FIA Créditos Imprimir

Iniciar

SIGAM/SMA/CETESB ...

Entrada - marianab@...

telas CAR para ET - ...

Microsoft PowerPoint ...

ET - Inscrição CAR - 0...

09:41

Interfaces do CAR no licenciamento

As informações apresentadas no processo de licenciamento serão inseridas no cadastro da propriedade que passa pelo processo de licenciamento ou concessão de autorização – Necessário efetivar o cadastramento da propriedade para qual é pedido o licenciamento

Não há alteração na documentação exigida no processo de licenciamento (memorial descritivo de vegetação, demarcação de áreas de preservação permanente, demarcação das intervenções pretendidas, planta da propriedade, laudos de fauna, etc.)

Interfaces do CAR no licenciamento

As áreas destinadas à execução de projetos de recomposição de vegetação exigidos como medidas de compensação ou de mitigação no processo de licenciamento serão indicadas no CAR

A área aprovada para a constituição da Reserva Legal será demarcada no CAR

Ao final do processo de licenciamento, o órgão licenciador fará a verificação das informações constantes no CAR da propriedade licenciada

Interfaces do CAR no licenciamento

Resoluções Conjuntas SMA-SAA-SJDC 01/2011
(alterada pelas resoluções conjuntas SMA-SAA-SJDC
01/2012e 02/2012) e Resolução SMA 74/2011

Regularidade de atividades agropecuárias –
Declaração de Conformidade da Atividade
Agropecuária

Atividades para as quais não é exigido o
licenciamento

Resolução Conjunta SMA-SAA-SJDC 1/2011

Artigo 1º - Os empreendimentos e atividades listados a seguir,... ficam dispensados de licença ambiental desde que o interessado preencha e apresente a Declaração de Conformidade da Atividade Agropecuária, observando integralmente os requisitos definidos no artigo 2º desta Resolução Conjunta e que não implique intervenção em áreas de preservação permanente ou supressão de vegetação nativa:

- I. cultivo de espécies de interesse agrícola temporárias, semi-perenes e perenes;
- II. criação de animais domésticos de interesse econômico, exceto as atividades de avicultura, suinocultura ...
- III. apicultura em geral e ranicultura;
- IV. reforma e limpeza de pastagens quando a vegetação a ser removida seja constituída apenas por estágio pioneiro de regeneração de acordo com a legislação vigente;
- V. projetos de irrigação;
- VI - aquicultura, nos termos do Decreto nº 58.544, de 13 de novembro de 2012.

Resolução Conjunta SMA-SAA-SJDC 1/2011

Parágrafo Primeiro - A implantação ou regularização de poços rasos ou profundos e de estruturas para permitir a captação ou lançamento superficial em corpos d'água, bem como a regularização de barragens e travessias existentes destinadas a atividades agropecuárias, quando não implicarem supressão de vegetação nativa ficam dispensados de licença ambiental nos termos deste artigo, não sendo dispensada a obtenção de outorga, quando necessária nos termos da legislação vigente, ou cadastro para a utilização do recurso hídrico, nos termos do Decreto Estadual nº 41.258, de 31-10-1996.

Resolução SMA-74, de 27-12-2011

Inexigibilidade de licenciamento ambiental

Artigo 1º - As atividades listadas a seguir, em função de não se caracterizarem como Projetos Agrícolas de que trata o Anexo 1 da Resolução Conama-237-97 e de seu reduzido potencial poluidor/degradador, não dependem de licenciamento ambiental desde que não impliquem supressão de vegetação nativa ou intervenção em áreas de preservação permanente:

- I. limpeza de drenos artificiais em várzeas, corpos d'água ou em reservatórios de água para irrigação e outros usos rurais, com área de espelho d'água menor que 1 hectare,
- II. construção de reservatórios d'água para atividades agropecuárias com até 50.000 m² desde que os reservatórios sejam construídos por escavação, fora de área de preservação permanente e não resultantes do barramento de cursos d'água;

Resolução SMA-74, de 27-12-2011

Inexigibilidade de licenciamento ambiental

- III. manutenção e recuperação de vertedouros e aterro de açude, .
- IV. manutenção de estradas, carreadores internos, aceiros e cercas e aviventação de divisas e picadas;
- V. recuperação e reforma de pontes e outras travessias quando tais operações não implicarem aumento da ocupação já existente em app
- VI. construção, reforma ou ampliação de barracão para atividades agropecuárias;
- VII. construção, reforma ou ampliação de centros de atendimento ao turismo rural e comercialização de produtos artesanais;
- VIII. reforma de imóveis rurais sem ampliação de área construída ou impermeabilizada, em Área de Proteção dos Mananciais da Região Metropolitana de São Paulo; e
- IX. aquisição de implementos, máquinas e insumos agrícolas.t

Regularidade da propriedade ou atividade frente à legislação ambiental em contratos de concessão de crédito por instituições financeiras

Uma vez que o cadastramento do imóvel rural é obrigatório, poderá ser exigida a comprovação da inscrição no Cadastro Ambiental Rural para atestar a regularidade da propriedade mesmo quando a intervenção pretendida estiver incluída entre as atividades relacionadas na Resolução Conjunta SMA-SAA-SJDC 1/2011 e na Resolução SMA-74/2011

Programa de Regularização Ambiental

Art. 59. A União, os Estados e o Distrito Federal deverão, no prazo de 1 (um) ano, contado a partir da data da publicação desta Lei, prorrogável por uma única vez, por igual período, por ato do Chefe do Poder Executivo, implantar Programas de Regularização Ambiental - PRAs de posses e propriedades rurais, com o objetivo de adequá-las aos termos deste Capítulo.

O PRA definirá as medidas que o possuidor de imóvel rural devidamente cadastrado no CAR deve adotar para a regularização total de sua propriedade.

Programa de Regularização Ambiental

Efeitos da adesão ao Programa de Regularização Ambiental

- § 4º No período entre a publicação desta Lei e a implantação do PRA em cada Estado e no Distrito Federal, bem como após a adesão do interessado ao PRA e enquanto estiver sendo cumprido o termo de compromisso, o proprietário ou possuidor **não poderá ser autuado por infrações cometidas antes de 22 de julho de 2008, relativas à supressão irregular de vegetação em Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de uso restrito.**
- § 5º A partir da assinatura do termo de compromisso, serão suspensas as sanções decorrentes das infrações mencionadas no § 4º deste artigo e, cumpridas as obrigações estabelecidas no PRA ou no termo de compromisso para a regularização ambiental das exigências desta Lei, nos prazos e condições neles estabelecidos, **as multas referidas neste artigo serão consideradas como convertidas em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, regularizando o uso de áreas rurais consolidadas conforme definido no PRA.**

Áreas Rurais Consolidadas

Artigo 61-A

§ 15. A partir da data da publicação desta Lei e até o término do prazo de adesão ao PRA de que trata o § 2o do art. 59, é autorizada a continuidade das atividades desenvolvidas nas áreas de que trata o caput, as quais deverão ser informadas no CAR para fins de monitoramento, sendo exigida a adoção de medidas de conservação do solo e da água. (Incluído pela Lei nº 12.727, de 2012).

Áreas Rurais Consolidadas

É obrigatória a adesão ao Programa de Regularização Ambiental para os proprietários que possuam áreas rurais consolidadas e pretendam continuar a utilizadas, nas faixas permitidas pela Lei 12651/2012, uma vez que a recomposição da parcela da área de preservação permanente será definida no PRA.

A adesão ao PRA será formalizada por meio de Termo de Compromisso que será assinado pelo proprietário, termo esse que detalhará as ações a serem desenvolvidas, bem como seu cronograma

Cota de Reserva Ambiental

Art. 44. É instituída a Cota de Reserva Ambiental - CRA, título nominativo representativo de área com vegetação nativa, existente ou em processo de recuperação:

§ 1º A emissão de CRA será feita mediante requerimento do proprietário, após inclusão do imóvel no CAR

Art. 48.

§ 4º A utilização de CRA para compensação da Reserva Legal será averbada na matrícula do imóvel no qual se situa a área vinculada ao título e na do imóvel beneficiário da compensação.

Cota de Reserva Ambiental

A utilização da Cota de Reserva Legal como meio de cumprimento da exigência da constituição da área de reserva legal do imóvel depende da inscrição prévia do imóvel no CAR.

A compensação da Reserva Legal por meio da Cota de Reserva legal deverá ser objeto de averbação nas matrículas dos imóveis envolvidos

A implementação do CAR:

Trará maior visibilidade para os processos de licenciamento

Permitirá a reunião de informações ambientais a respeito do conjunto de propriedades rurais

Possibilitará a adesão ao Programa de Regularização Ambiental para a regularização de propriedades com passivos ambientais

Permitirá um controle a longo prazo das medidas de recuperação ambiental

Tornará efetivos os dispositivos da Lei 12651/2012 que dependem da prévia inscrição no CAR (ex.: CRA)